

A CONTRIBUIÇÃO DE POLANYI NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE RURAL*

POLANYI'S CONTRIBUTION TO UNDERSTANDING THE COMMODITIZATION PROCESS OF RURAL SOCIETY

MANOEL Adir KISCHENER¹
MIGUEL ANGELO PERONDI²
MARCELINO ARMINDO MONTEIRO³
EVERTON MARCOS BATISTELA⁴
ROSENILDE TEREZINHA BORGES⁵
ROSIMARA KISCHENER⁶

Resumo

Sabe-se que o mercado se faz presente em todas as instâncias da vida, entretanto, as relações pautadas especialmente pela reciprocidade ainda permanecem no mundo rural e tornam seu processo de mercantilização diferente do urbano. Este artigo, portanto, resgata a contribuição de Karl Polanyi para o entendimento do processo de transformação da sociedade rural brasileira numa sociedade de mercado, bem como, contemporiza o aporte teórico desse autor para um maior entendimento do desenvolvimento rural brasileiro.

Palavras-chave: Mercantilização; Karl Polanyi; Sociedade Rural.

Abstract

It is known that the market is present in all walks of life; however, relations especially guided by reciprocity remain in rural areas and

make their different commodification of urban. This article, therefore, retains the Karl Polanyi's contribution to the understanding of the process of transformation of Brazilian rural society in a market society and, contemporizes the theoretical con-

tribution of this author to a greater understanding of the Brazilian rural development.

Keywords: Commoditization; Karl Polanyi; Rural Society.

JEL: A14

¹ * Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (CONAPE), ocorrido em Francisco Beltrão, Paraná, nos dias 1º, 2 e 3 de outubro de 2014. Conferir KISCHENER, PERONDI E MONTEIRO (2014). A versão atual foi ligeiramente modificada.

² Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Especialista em História e Humanidades pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),. manoelkischener@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor Titular na UFPR, Câmpus Pato Branco. miguelangeloperondi@gmail.com

⁴ Bacharel em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Desenvolvimento Regional pela UTFPR, Câmpus Pato Branco, Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), yuorna@gmail.com

⁵ Licenciado em Filosofia pela Unioeste, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professor na UTFPR Câmpus Dois Vizinhos. em.batistela@hotmail.com

⁶ Acadêmica do Curso de Tecnologia de Alimentos na Faculdade de Tecnologia SENAI, Chapecó, SC. rosikischener@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O mercado está presente em todas as instâncias da vida e para Polanyi (2000) coexistem três formas econômicas de integração social e de alocação de recursos: a reciprocidade, a redistribuição e a troca, cada uma dessas formas pode gerar formas específicas de interação com o mercado porque são estratégias de não mercado.

Exemplo concreto da mercantilização⁷ na vida contemporânea, Streeck (2013) cita as moedas, e a integração de países, como o caso do Euro, e assim se vale de argumentos de Polanyi para demonstrar sua atualidade. Desta forma, a moeda comum do bloco europeu:

[...] atua como força motriz suplementar de uma expansão universal dos mercados e das suas condições que é considerada uma conquista capitalista, uma vez que, recorrendo àquilo que Karl Polanyi designou como *'laissez-faire* planejado' [...], procura substituir, de forma mais ou menos violenta, os Estados e as suas políticas por mercados e pelos seus automatismos autorreguladores" (STREECK, 2013, p. 255).

Se a mercantilização (com a globalização) e o neoliberalismo estão inclusive nos mais recônditos lugares do mundo, para Sabourin (2006), também é verdade que, especialmente no mundo rural, ainda se encontram relações pautadas na reciprocidade, por exemplo.

Sobre a percepção do processo de mercantilização da sociedade, Streeck (2012b) estima que os sociólogos econômicos atuais sequer tenham captado a explosão da questão⁸ no capitalismo contemporâneo; que estes não conseguem responder a questão: "por que as pessoas hoje, mesmo sendo muito mais ricas do que anos atrás, trabalham muito mais e de forma mais difícil, parece quase tabu"? (STREECK, 2012b, p. 11-12, tradução dos autores).

Em outra obra o mesmo autor comenta:

[...] sempre que podem – como recorrentemente podem em democracias efetivas –, tendem de uma maneira ou de outra a insistir na primazia do social sobre o econômico, na proteção de compromissos e obrigações sociais contra as pressões do mercado por 'flexibilidade', na expectativa de que a sociedade satisfaça as aspirações humanas a uma vida fora da ditadura dos 'sinais' invisíveis dos mercados. Provavelmente, é esse o fenômeno que Polanyi descreveu em *A grande transformação* como um 'contramovimento' em reação à transformação do trabalho em mercadoria (STREECK, 2012a, p. 38).

Pode-se afirmar que a partir de Polanyi se admite a pluralidade de mercados, justamente, o objeto de estudo da Nova Sociologia Econômica⁹, e que este foi o fundador da "teoria econômica substantiva" (RAMOS, 1989, p. 27).

Assim, neste estudo são utilizadas passagens dos livros "A grande transformação" (POLANYI, 2000) e sua espécie de continuação, em "A subsistência do homem e ensaios correlatos" (POLANYI, 2012), obra como forma de análise sobre o processo de mercantilização, e são utilizadas as recentes contribuições de Streeck (2012a), (2012b), (2013) e (2014) para compreender a contribuição de Polanyi no reformismo da sociedade capitalista.

Assim, o texto a seguir apresenta a constituição dos mercados e do processo de mercantilização da sociedade, para então, por fim, dar a recepção da obra de Karl Polanyi e as considerações finais.

KARL POLANYI E A MERCANTILIZAÇÃO

A constituição dos mercados e a mercantilização da sociedade

Karl Paul Polanyi "é mais um personagem da diáspora da elite intelectual-artística judaica centro-europeia quando da ascensão do nazismo. Filho de pais húngaros, nasceu em Viena" (LISBOA, 2000, p. 2), em 25 de fevereiro de 1886, como Károly Pál Pollacsek, e faleceu no Canadá em 23 de abril de 1964. Sendo a obra: *A grande transformação*, publicada em 1944, eleita pelo jornal Folha de São Paulo como um dos 100 mais importantes livros do século XX.

Nesta obra, a partir do estudo da Inglaterra da época da primeira Revolução Industrial, especialmente no século XIX, o autor avalia que se criou um abismo social muito maior do que com os cercamentos (*enclosures*). É uma escrita em tempos difíceis, época da Segunda Grande Guerra, talvez por isso o autor invoque constantemente a possível derrocada da sociedade, sem imaginar que ela viveria uma *época de ouro* logo em seguida, pois, no dizer de Streeck (2012a), ocorreu o estabelecimento completo do chamado *capitalismo democrático*, "à época apenas nas porções 'ocidentais' do mundo, na Améri-

⁷ Mercantilização entendida a partir do conceito de Marsden (1995, p. 293): que "representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, mas também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal que transforma apenas o trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, ao contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam", apud Schneider (2003, p. 110, traduzido no original).

⁸ Que deveria ser visto como uma sociedade no entender desse autor.

⁹ Sobre a Sociologia Econômica consulte-se, Wilkinson (2008), especialmente o primeiro item da parte II, p. 85-104 e Graça (2005).

ca do Norte e na Europa Ocidental. Ali funcionou muito bem durante as duas décadas seguintes” (STREECK, 2012a, p. 36).

Uma obra, conforme Ambrosini e Filippi (2008, p. 132) que busca “ampliar o sentido da economia para além dos dogmas neoclássicos e apreender os processos de produção e trocas estando relacionados ao atendimento de necessidades, não individuais, mas comuns” e, especialmente, “inseridos em um tecido social, onde história, cultura, valores humanos fazem diferença”.

A industrialização, conforme Polanyi (2000, p. 60) transformou a sociedade antes primitiva numa sociedade de mercado, e com isso “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência”. E foi, provavelmente, este mecanismo de mercado que instaurou a primazia do econômico, ou a “ilusão de que o determinismo econômico é uma lei geral de toda a sociedade humana” (POLANYI, 2012, p. 55), caro a algumas interpretações marxistas.

Neste sentido, Reis (1999, p. 9) alerta que “No alvorecer da era moderna, as diferenciações que a sociedade estabeleceu entre o mercado e o Estado, a filosofia e a ciência, tiveram consequências intelectuais e materiais definitivas na organização social”, toda uma sociedade, a de *mercado* começava a imperar, a mesma já denunciada por Polanyi.

Conforme Polanyi o “O capitalismo liberal foi com efeito a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução Industrial”, criando condições para utilizar a maquinaria criada por esta, pois “transformamos a economia humana em um sistema autorregulado de mercados e moldamos nossos pensamentos e valores com base nessa inovação singular” (POLANYI, 2012, p. 209).

A economia de mercado, defende o autor, é um sistema auto-regulável, sendo que os preços devem ter a liberdade de se autorregular, assim os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que colher seus lucros no mercado. E este sistema para funcionar, necessitou de condições ainda não existentes, por exemplo, a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias (PAULILO, 2005).

Por *economia de mercado*, Polanyi entende: “um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa” (POLANYI, 2000, p. 62).

Conforme Abramovay (2004, p. 54) “Karl Polanyi mostrou que a ideia de ‘economia de mercado’ nem de longe contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana”, sendo o sistema econômico dirigido por motivações não econômicas: “Os ‘motivos econômicos’ reinavam supremos, num mundo próprio, e o indivíduo foi levado a neles calcar os seus atos, sob a pena de ser esmagado pelo mercado avassalador” (POLANYI, 2012, p. 213).

Sendo que para Polanyi nenhuma sociedade não-capitalista viveu um tipo de sistema econômico baseado no livre intercâmbio, totalmente regulado por mercados (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 258) e, se fazer isso, ou seja, reduzir o âmbito econômico apenas a esfera dos fenômenos do mercado, seria como “eliminar a maior parte da história humana” (POLANYI, 2012, p. 48).

O autor propõe que “a econômica do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”, até porque “Ele não age desta forma para proteger o seu interesse individual na posse de bens materiais”, assim “age para salvaguardar sua situação social, sua exigência social, seu patrimônio social. Ele valoriza

os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 2000, p. 65).

Para sustentar sua tese, Polanyi afirma que todos os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundo três princípios: de reciprocidade, de redistribuição e de domesticidade (ou troca, segundo algumas traduções); ou ainda uma combinação dos três. Sendo que “Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual [...] fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia” (POLANYI, 2000, p. 75).

Nas palavras de Polanyi (2000, p. 70), *reciprocidade* é de forma simples: “o que se dá hoje é responsável pelo que se toma amanhã”, ou seja, “um toma-lá-dá-cá sistemático e organizado”. *Redistribuição* é com a pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo que recebe e distribui os suprimentos, especialmente se eles precisam ser armazenados. Deve-se ressaltar, no entanto, que muitas vezes o responsável pela redistribuição tentará “aumentar seu poder político através da maneira pela qual redistribui os bens” (POLANYI, 2000, p. 71). E o “princípio de *domesticidade* consiste na produção para uso próprio” (p. 73).

Os princípios eram institucionalizados a partir de uma organização social, o lucro não ocupava um papel central, mas sim motivações, como costumes, lei, magia e religião que induziam “o indivíduo a cumprir as regras de comportamento” que “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 75).

O autor mostra como se deu a evolução do padrão de mercado, afirmando que “A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão do mercado”, sendo que “um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda”

(POLANYI, 2000, p. 75). O padrão de mercado é mais específico do que a simetria, centralidade ou a autarquia.

Explicando esses conceitos, o autor afirma que: *simetria* é um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, apenas padroniza as já existentes. Enquanto que *centralidade* “não implica na motivação que particulariza a instituição resultante para uma função específica única” e, a *autarquia* econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente” (POLANYI, 2000, p. 77, ênfase acrescida).

Dentro de um sistema de mercado, continua Polanyi (2000, p. 77) “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico”. Sendo assim, num sistema econômico que é organizado em instituições separadas, “A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione com suas próprias leis”. Finaliza, assim, com a frase lapidar: “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” ((POLANYI, 2000, p. 77).

No entanto, conforme Silva e outros (2011, p. 96) comentam que “É oportuno salientar que Polanyi não se volta contra os mercados ou o comércio e nem os questiona”, apenas afirma que a sociedade de mercado, um tipo peculiar e sem precedentes na História, é uma construção artificial administrado pelo corpo social e, não é um processo natural.

Neste mesmo sentido, Carvalho (2011, p. 15) afirma que “Polanyi não acentua a questão da racionalidade econômica para diferenciar o mundo antigo do moderno”. Sendo que, para Polanyi os mercados não estão associados ao desenvolvimento em particular, de forma que a presença ou ausência de mercados ou de dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva, por exemplo. Confir-

mando que “Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela” (POLANYI, 2000, p. 78).

Polanyi (2000, p. 83) exemplifica essa afirmação em três tipos os mercados. E estes diferem nas suas funções: mercado local, nacional e externo. O *mercado local* é aquele que não gera competitividade baseado principalmente na permuta, “são essencialmente mercados de vizinhança”. O *mercado externo* também não gera competição, se trata da compra e venda de bens não produzíveis de um país para outro (POLANYI, 2000, p. 84-85). E o *mercado nacional* ou interno nasce pela pressão do atacadista capitalista que pretendia expandir os mercados, assim o estado territorial passa a se projetar como instrumento da nacionalização do mercado, criando o comércio interno. Este mercado passou a ignorar “a distinção entre cidade e campo, assim como as que existiam entre cidade e províncias” (POLANYI, 2000, p. 86).

Com estas pressões dos atacadistas e a ação do estado territorial ocorre “A ‘libertação’ do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação” (POLANYI, 2000, p. 88), assim, afirma: que “O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; *os mercados eram apenas um aspecto acessório* de uma estrutura institucional”, que era “controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (POLANYI, 2000, ênfase acrescida).

Ao comentar sobre o mercado auto-regulável e as mercadorias, o autor afirma que “Uma econômica de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido

apenas por mercados”, em que toda “a ordem e a distribuição dos bens é confiada neste mecanismo auto regulável (POLANYI, 2000, p. 89)” assim a ordem de produção e a distribuição de bens é assegurada apenas e somente pelos preços ((POLANYI, 2000, p. 90).

Sendo assim, “A auto-regulação significa que toda produção é essencialmente para a venda” e que todos os rendimentos derivam do mercado. Com isso o autor afirma que há mercado não apenas para os bens, mas também para o trabalho, terra e dinheiro, sendo seus preços chamados de salários, aluguel e juros (POLANYI, 2000, p. 90).

Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, inclusive trabalho, terra e dinheiro. No entanto trabalho e terra envolvem mais que uma simples mercadoria, são os próprios seres humanos e seu ambiente natural nos quais consistem as sociedades, desta forma, tê-los como mercadoria é deixar a sociedade a mercê das leis do mercado (POLANYI, 2000).

Para o autor o ponto crucial nestas considerações é que trabalho, terra¹⁰ e dinheiro são essenciais à indústria e eles têm que ser organizados em mercados, mas “obviamente não são mercadorias” (POLANYI, 2000, p. 94). Nenhum deles é produzido para a venda, assim eles serão considerados mercadorias fictícias.

O autor alerta que se os três fossem somente regulados pelo mercado, simplesmente “resultaria no desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 94). Nenhuma sociedade poderia suportar os efeitos deste sistema, a menos que “a sua substância humana natural, assim como sua organização de negócios, fosse protegida contra assaltos desse moinho satânico” (POLANYI, 2000, p. 95). Pois, “nem mercados

¹⁰ Segundo Polanyi (2012, p. 53), “o trabalho é apenas outro nome para ser humano, e terra, outro nome para a natureza”.

são autorreguláveis, nem governos têm a capacidade de regular, sem que, em ambos, haja margem para escolhas individuais socialmente enraizadas” (VINHA, 2001, p. 217).

Conforme Polanyi “Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento” (POLANYI, 2000, p. 97), desta forma a ficção de serem produzidos tornou-se princípio organizador da sociedade, pois, “Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tonara-se acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 97)”.

Polanyi afirma que o progresso é feito à custa da desarticulação social e se o ritmo é exagerado, a comunidade pode sucumbir durante este processo. O autor acredita que ao contrário do que ocorreu com a intervenção da coroa nos cercamentos, o povo comum da Inglaterra não foi protegido e o resultado foram efeitos “terríveis, quase indescritíveis” (POLANYI, 2000, p. 98).

O autor é bastante crítico quando afirma que “A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercaram a ação desse mecanismo autodestrutivo” (POLANYI, 2000, p. 98), ou que “Fora dos Estados Unidos, já mal se pode dizer que o capitalismo liberal continue a existir” (POLANYI, 2012, p. 209).

Dos riscos de uma sociedade dependente do mercado

Polanyi entende que a civilização do século XIX foi destruída, graças às medidas que a sociedade adotou para controlar o mercado auto-regulado. Para o autor a sociedade deve se proteger quando ameaçada de ser aniquilada, mas entende que a sociedade industrial deve se subordinar às exigências da natureza do homem e não voltar-se para o autointeresse do lucro puro (POLANYI, 2000, p. 289).

Polanyi critica os pensadores do século XIX que naturalizaram e reduziram o homem ao aspecto econômico e à ideia de que a sociedade naturalmente deveria subordinar-se a esta lógica. Recorre a historiadores e antropólogos modernos para mostrar que mesmo os mercados quando desenvolvidos visavam mais do que só a economia, e sim alcançar outras finalidades não econômicas (POLANYI, 2000).

Neste sentido, Carvalho (2011) afirma que para Polanyi, “nas sociedades primitivas, as transações econômicas não estão salvaguardadas em instituições especificamente econômicas”, estas “estão imbricadas (*embedded*) na esfera do parentesco, do Estado, do mágico e da religião, estas esferas são originadoras dos sistemas de *status*, dos quais as transações econômicas eventualmente tendem a desgarrar-se” (CARVALHO, 2011, p. 13).

Conforme o autor, a retirada do trabalho, da terra e do dinheiro do mercado, é “um ato uniforme apenas do ponto de vista do mercado, que lidavam com eles como se fossem mercadorias”, pois do “ponto de vista da realidade humana, aquilo que é restaurado pelo desmantelamento da ficção mercadoria está em todas as direções do compasso social” (POLANYI, 2000, p. 292).

O autor ainda afirma que “O fim da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados” (POLANYI, 2000, p. 292). “Estes continuam, de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor, a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores” (POLANYI, 2000, p. 292-293).

Polanyi diz que “A busca da democracia industrial não é a mera procura de uma solução para os problemas do capitalismo”, originados na Revolução Industrial, mas que é a procura “de uma resposta à própria indústria” (PO-

LANYI, 2012, p. 209), aos problemas causados por ela.

A liberdade era muito restrita nas sociedades de mercado, sendo que os países se inseriram no mercado internacional tinham que aceitar seus ditames. Os países em desenvolvimento tinham menor margem para definir seus próprios rumos de forma diferente (POLANYI, 2000, p. 293). E, que, aí residia o problema concreto de nossa civilização. E, essa “nova ordem requer uma liberdade interior para a qual estamos mal preparados” (POLANYI, 2012, p. 210). Neste sentido, Foucault (1994, p. 140) também alerta, que “Os homens sempre sonharam com máquinas liberadoras. Mas estas máquinas, por definição, não existem”.

Polanyi faz distinção em dois níveis de liberdade, um relacionado às instituições sociais que implica em ampliar ou reduzir as liberdades das pessoas e outro nível que classifica como mais profundo e difícil de atingir que é mais ligada à moral e à religião (POLANYI, 2000).

Comenta o autor que só atingiremos a liberdade que procuramos se entendermos a sociedade atual na sua complexidade. Em uma sociedade de natureza complexa as instituições podem ampliar as liberdades para as classes menos favorecidas pelas riquezas, tendo mais segurança, cultura, educação, etc.; e isso implica no oposto em relação às classes mais ricas (a perda das liberdades). O mercado por si só não garante essa regulamentação (ampliação ou diminuição das liberdades) como já se provou por mais de um século (POLANYI, 2000).

Além dos direitos gerais formais tem-se que garantir direitos dos indivíduos, como ao trabalho, a opinião à religião etc. O autor afirma que as liberdades individuais não podem perder em nada o que já se conquistou, ao contrário, devem ser ampliadas e o direito de contestação

deve ser garantido plenamente (POLANYI, 2000, p. 295-296).

Mesmo em prejuízo à eficiência na produção, na economia de consumo, na racionalidade administrativa, deve-se preservar a todo custo a liberdade e os direitos das pessoas, numa sociedade industrial (POLANYI, 2000).

Mas o autor confirma afirmando que se, na sociedade de mercado, a liberdade era bastante restritiva, agora não é possível avançar ao máximo, ampliar a justiça a níveis nunca vistos, se deve ter cautela (POLANYI, 2000). Critica que a sociedade foi levada a acreditar que “os incentivos sobre os quais se organiza a cotidiana provêm das motivações ‘materiais’” apenas e, que isso só valeria para aquela economia, do século XIX, distanciando-se mais ao passado “essa visão não ia além de um anacronismo” (POLANYI, 2012, p. 210 e 211).

Também critica os liberais por terem reduzido a liberdade apenas à dimensão econômica de relação entre produtores e consumidores portadores de vontades individuais, e que não levavam em conta a sociedade como um todo orgânico e complexo, implicando relações sociais mais amplas que as puramente econômicas (POLANYI, 2000).

Neste sentido, no entender de Lisboa (2000) “A solução liberal (ou mesmo anarquista) é extremamente perigosa”, concordando com Polanyi, o autor afirma que “Somente através de uma regulação social sobre o mercado e que delimite a voracidade dos capitais privados e dos indivíduos solipsistas¹¹”, mesmo que restringindo a liberdade de alguns cidadãos “é que será possível criar uma liberdade mais ampla para todos” (LISBOA, 2000, p. 11).¹²

Polanyi ainda busca argumento nas questões do poder de estado e do valor econômico, que derivam da vida social e não só das relações individuais. O poder existe para ser

exercido em prol de garantir a permanência social e a regulação social, sendo que a opinião individual das pessoas é importante e deve ser levada em conta para exercer tal poder (POLANYI, 2000).

Porém depois da grande crise de 1998, Streeck (2012a) afirma que “na atual crise a democracia está tanto em risco quanto a economia, se não mais”, pois, “Não só a ‘integração sistêmica’ das sociedades contemporâneas – ou seja, o funcionamento eficaz de suas economias capitalistas – precarizou, mas também sua ‘integração social’” (STREECK, 2012a, p. 54).

Por fim, Polanyi afirma que a liberdade está em reconhecer a realidade da sociedade industrial e resignar-se a esta realidade, que é complexa, mas permite pela participação consciente das pessoas, a tomada de decisões (POLANYI, 2000, p. 301).

Avançado à sociedade atual, talvez o perigo dos mercados seja maior, lembrando que Polanyi “não foi capaz de transpor sua teoria para o sistema capitalista do século XX” (VINHA, 2001, p. 221), pois, “os mercados’ passaram a ditar por vias sem precedentes o que Estados supostamente soberanos e democráticos ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem lhes recusar” (STREECK, 2012a, p. 54).

Reis (1999) analisando o *bug* do milênio, em relação inclusive com as ciências, afirma que temos agora uma nova situação de artificialidade: “a mera intenção de comprar e vender é suficiente para substituir o dinheiro. A artificialidade da moeda virtual parece colocar em sério risco a vida da sociedade”, sendo que, “A

instabilidade do mercado financeiro tornou-se, no momento, a maior e mais ampla ameaça à vida das diferentes sociedades”, a ameaça do mercado paira sobre a sociedade (REIS, 1999, p. 10).

Streeck (2014) escrevendo a respeito de como terminará o capitalismo se é que isso venha a ocorrer, contemporiza a partir da ideia das três mercadorias fictícias em Polanyi (2000): trabalho, terra (ou natureza) e dinheiro, como três zonas fronteiriças e afirma que “A questão de como e onde a acumulação de capital deve ser restringida, a fim de proteger as três mercadorias fictícias a partir mercantilização total tem sido contestada em toda a história do capitalismo” (STREECK, 2014, p. 54, tradução dos autores).

No entanto, na atual desordem mundial, com a crescente mercantilização da vida da social do capitalismo contemporâneo, essas “três zonas fronteiriças” ocorre algo diferente, conforme o mesmo autor:

[...] resulta de um ataque espetacularmente bem-sucedido de mercados, expandindo mais rapidamente do que nunca, em uma ampla gama de instituições e atores que, herdadas do passado ou construídas nas longas lutas políticas, que durante algum tempo manteve o avanço do capitalismo, em certa medida socialmente incorporado. As zonas de crise do trabalho, terras e dinheiro se tornaram simultaneamente após a ‘globalização’ dotada de relações de mercado e cadeias de produção com uma capacidade sem precedentes para atravessar as fronteiras das jurisdições políticas e jurídicas nacionais. O resultado é uma desorganização

¹¹ Termo associado ao solipsismo, que conforme Abbagnano (2007) seria a ideia da “Tese de que só eu existo e de que todos os outros entes (homens e coisas) são apenas idéias minhas” (ABBAGNANO, 2007, p. 918).

¹² Também Streeck (2012a), estudando o capitalismo recente, vai ao encontro da ótica pouco animadora de Polanyi, afirmando que “os riscos parecem estar se ampliando, tanto para a democracia quanto para a economia. Desde a Grande Depressão, os formuladores de políticas raras vezes – talvez jamais – depararam com tanta incerteza como hoje” (STREECK, 2012a, p. 53).

fundamental das agências que têm, na era moderna, mais ou menos domesticadas, com o sucesso capitalista, ‘espíritos animais’, para o bem da sociedade como um todo, bem como do próprio capitalismo” (STREECK, 2014, p. 54, tradução dos autores).

Com a expansão dos mercados na sociedade atual, as mercadorias elencadas por Polanyi (2000) podem estar em risco de desaparecer, por exemplo, a dependência de combustíveis fósseis; de outra maneira, os renováveis ainda não podem substituir em sua totalidade a matriz energética de consumo que se necessita com a intensificação da industrialização e do consumo, em época sem precedente na história. Em decorrência do risco de desaparecimento das mercadorias fictícias, como afirma Streeck (2014), o capitalismo tal qual como foi concebido, como uma ordem social que prometia progresso coletivo, sem limites, está em condição crítica, pois:

Nas três fronteiras da mercantilização – natureza, trabalho e dinheiro – as instituições regulatórias que restringem o avanço do capitalismo para seu próprio bem têm entrado em colapso, e depois da vitória final do capitalismo sobre seus inimigos nenhuma agência política capaz de reconstruí-los está à vista. (...) O que é de se esperar, com base no recente registro histórico do capitalismo, é um período de decadência cumulativo longo e doloroso: de intensificar os atritos, de fragilidade e incerteza, e de uma sucessão constante de ‘acidentes normais’ - não necessariamente, mas muito possivelmente, na escala de repartição mundial dos anos 1930” (STREECK, 2014, p. 64, tradução dos autores).

Por fim, restará saber se o pessimismo de Polanyi (2000) a respeito dos riscos de uma sociedade dependente dos mercados se conformará como tenta antecipar Streeck (2014) contemporizando Polanyi a respeito de como terminará o capitalismo.

A recepção da obra de Polanyi

Polanyi “é um autor ainda pouco conhecido no Brasil”, conforme Schneider e Escher (2011, p. 187), mas o interesse por sua obra é crescente e, conforme Benjamin (2012, p. 10), esta por estar desvinculada de correntes políticas organizadas¹³, “vem despertando crescente interesse, graças, exclusivamente, à força intrínseca das ideias que apresenta”.

Dentre as críticas à obra de Polanyi, Abramovay (2004, p. 55) enfatiza que este não teria estudado “o próprio mercado como realidade sociológica, abrir sua caixa-preta e examinar os vínculos sociais de que é feito”.

Lima (2013), a respeito de textos antropológicos de Polanyi, comenta que “os especialistas da colonização europeia criticaram por vezes virulentamente a ideia de passividade das colônias perante um processo que teria sido estritamente ocidental”, e também “a visão redutora que Polanyi tem sobre as relações entre os colonos e os colonizados” (LIMA, 2013).

Na mesma linha da autora acima, Wilkinson (2002, p. 811) afirma que sua interpretação histórica tem sido sujeita a muitas críticas, mas, “suas distinções entre economia e mercado, a sua identificação das distintas formas de intercâmbio de bens e serviços e a sua caracterização da dinâmica peculiar das mercadorias fictícias têm sido incorporadas”, especialmente na Sociolo-

gia Econômica e tendências parecidas como no grupo MAUSS¹⁴.

Entre estudos e pesquisas que têm utilizado da obra de Polanyi, Silva et al (2011), estudando uma associação no município de Currais Novos – RN, concluíram que “podem ser encontrados formas de organização social fundamentadas nos princípios levantados por Polanyi, dentro de uma realidade de Economia Solidária”, mesmo sendo difícil de visualizar dentro da realidade econômica do século XXI, no “Povoado Cruz, é visível que, mesmo dentro de um contexto de economia de mercado, estes princípios são vivenciados” (SILVA et al, 2011, p. 105 e 104).

A própria Dora de Lima fazendo “A análise dum fenômeno aparentemente puramente político – as alianças diplomáticas entre os governadores portugueses e os sobas em Angola – à luz da ideia de desincrustação/incrustação desenvolvida na economia política de Polanyi”, confirma que se “põe em relevo as porosidades das fronteiras que separam os sistemas fiscais (o tributo) e os sistemas diplomáticos (o mimo/presente)”, enfatizando a relevância de sua obra (LIMA, 2013).

Já Santos (2004, p. 12) consegue ver na emergente “Economia Solidária” princípios estabelecidos pela obra polanyiana: “Na ‘economia solidária’, o princípio da reciprocidade aparece ao lado do mercado e da redistribuição, adquirindo o papel que tinha antes de ter sido ofuscado pelos outros dois princípios”.

Sachs (1992, p. 13) afirma que “No plano teórico, a obra de Polanyi oferece um apoio sólido à crítica do reducionismo economicista e à introdução de juízos de valor qualitativos que autorizem a distinção entre desenvolvimento e maldesenvolvimento”.

O desafio de Polanyi, conforme Ambrosini e Filippi (2008), citando North¹⁵ (1997, p. 51), “é demonstrar

¹³ O mesmo autor comenta que Polanyi foi “Socialista desde jovem, não aderiu ao marxismo nem militou em partidos” (BENJAMIN, 2012, p. 7).

¹⁴ Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, criado em 1981 na Europa. A respeito deste, conferir Leite (2007) e Martins (2008).

que na história do mundo ocidental, a não ser por um período breve de tempo, os mercados [não] dominam a alocação de recursos”, desta forma, “todo o aparato, tanto neoclássico, quanto marxista não dá conta de explicar senão de ‘uma ínfima porção de uma longa história de 5.000 anos’” (AMBROSINI, FILIPPI, 2008, p. 131, com acréscimo).

No entanto, “apesar de Polanyi ter fornecido alguns dos mais contundentes argumentos para a inexistência de um mercado inteiramente auto-regulável, não foi capaz de transpor sua teoria para o sistema capitalista do século XX” (VINHA, 2001, p. 221).

Escher (2011, p. 139) valendo-se da noção de “contramovimento” de Polanyi, sugerindo a atualidade do autor, afirma que os agricultores familiares “se veem na necessidade de reorientar as suas formas de atuação em termos mais propositivos e proativos”, no plano institucional, inclusive, “ocupando postos em instâncias do Estado e colaborando com a formulação de políticas públicas”, constituindo assim, conforme o autor, “como uma série de ‘contramovimentos’ da agricultura familiar”.

Streeck (2012b) ressalta que os conceitos básicos em Polanyi, de terra, trabalho e natureza, podem auxiliar na compreensão de problemas atuais, pois estas “mercadorias fictícias” parecem estar em estado crítico, com o que está em jogo, como resultado da dinâmica da mercantilização avançada, assim alerta que:

Considerando que a mercantilização do dinheiro no curso de ‘financeirização’ minou seu status coletivo como um meio confiável de troca e medida de valor, o desperdício da natureza para fins comerciais está prestes a destruir os fundamentos da vida como a conhecemos, enquanto a mercantilização da força de trabalho humana chegou a um ponto onde a reprodução física das sociedades ricas tinha de se tornar uma preocupa-

ção pública (STREECK, 2012b, p. 9, tradução dos autores).

Rodrigues (2013) ressalta a contribuição de Streeck ao debate contemporâneo do capitalismo, em especial em “Tempo comprado” (STREECK, 2013) e confirma o resgate sugerido de Polanyi por este autor. Streeck (2013) defende a “validade de um projeto intelectual realista”, inspirado em pressupostos tanto da teoria marxista, quanto com “o institucionalismo crítico de Polanyi”, tradições que segundo o autor, dialogaram (RODRIGUES, 2013, p. 153).

Desta forma, para estudar o capitalismo contemporâneo no entender de Streeck “é preciso transgredir as barreiras disciplinares” (RODRIGUES, 2013, p. 153).

Dentro da ideia de que se deve reformar a ciência e de que o paradigma atual está em crise, Lisboa (2000) afirma que “Polanyi constituiu-se num suporte imprescindível para enfrentar e superar o economicismo e os graves desafios contemporâneos da nossa civilização, proporcionando *insights* e pistas de caminhos seguros que nos ajudam a construir o tão almejado pensamento complexo” (LISBOA, 2000, p. 15), pois a ciência Economia está em desconexão com as demais ciências do social (LISBOA, 2008).

Voltando a Ambrosini e Filippi (2008) sugerem “resgatar a obra de Polanyi, trazendo os elementos que caracterizam a economia substantiva para ressaltar a abordagem do SIAL¹⁶ enquanto referencial para análise de dinâmicas endógenas”, inscrevendo-o “um paradigma de desenvolvimento rural sustentável” (AMBROSINI, FILIPPI, 2008, p. 136).

Nesta mesma linha, sobre a atualidade do pensamento de Polanyi, Vinha (2001, p. 219-220) sugere que seus pressupostos principais quanto ao comportamento social, podem explicar, ao menos parcialmente, fenômenos contemporâneos como o desenvolvimento sustentável.

Escandell (2012) associando o pensamento de Polanyi a um possível republicanismo, afirma que estes, o sistema político e o autor, “coincidem-na necessidade de construir uma estratégia para restringir de forma não arbitrária aquelas forças sociais que, por sua desproporcionada acumulação de riquezas e recursos”, restringem “a possibilidade de desfrutar da liberdade de forma equitativa a toda a sociedade” (ESCANDELL, 2012, p. 114, tradução dos autores).

Latour (1999), escrevendo para o jornal Folha de São Paulo, sentenciou: “Se Polanyi, 50 anos depois, permanece exatamente tão novo quanto em seus primeiros dias – enquanto Marx parece tão datado – é porque ele é o único a ter sabido antropologizar o mercado” (LATOURE, 1999, ênfase acrescida) e também de “demonstrar que não há nada de natural no capitalismo e nas suas pretensas ‘leis universais’, desse modo retirando qualquer carácter ontológico à economia de mercado” (MACHADO, 2009, p. 146).

De forma ainda mais contundente, finaliza afirmando que “Se este século foi tão frequentemente marxista, o próximo será talvez polanyista” (LATOURE, 1999), com a ressalva de Lisboa (2008, p. 24), que denuncia que há uma tendência em fazer do autor “uma nova moda intelectual”, negando-o assim, já “que

¹⁵ In: NORTH, Douglass. «Le défi de Karl Polanyi, le marché et les autres systèmes d’allocation des ressources». in: *Revue du Mauss*, n. 10, p. 51-64, 1997.

¹⁶ Conforme Ambrosini e Filippi (2008), Sistema Agroalimentar Localizado.

este construiu um pensamento plural e independente, procurando ser livre dos esquematismos vulgares”.

Será? Pois, na moda discursiva de se superar o paradigma da ciência prevalecente, o próprio Polanyi já anunciava, lá atrás, essa crise, tão alardeada hoje, pois, no seio da própria ciência surge o espectro da insanidade. Eis o problema que precisa ser resolvido (POLANYI, 2012).

O que fazer? Dale (2013) diz que a “teoria de Polanyi da forma mercadoria [...] é pouco desenvolvida” e que, além disso, “sua rejeição do conceito de capitalismo o inibiu a investigar alguns dos processos que são indispensáveis à análise da economia mundial contemporânea”, principalmente “a acumulação, competição, concentração e centralização, e desenvolvimento desigual” (DALE, 2013, p. 41).

As leituras e apropriações, o entendimento a recepção a respeito da obra de Polanyi, como se tentou expor, são os mais variados, o que demonstra que o autor ainda precisa ser estudado, indo além da incipiente análise que este artigo propõe.

Como fazer uso da obra de Polanyi?

Se a sociedade rural brasileira atravessa período que Buainain e outros (2014) entendem como a conformação de um “novo padrão agrário e agrícola”, onde a lógica do mercado e a expansão, quase desmedida do capitalismo em sua fase mais aguda de financeirização como aponta Streeck (2012b), o capitalismo contemporâneo como uma *sociedade*, mais do que nunca se poderá lançar mão da obra de Karl Polanyi para buscar aqueles elementos que não estão em evidência nesta perspectiva de sociedade, que tem em sua base econômica a exportação de *commodities*.

Por sociedade rural entende-se aqui aquela em que campo e cidade mantêm inter-relações, conforme entende Williams (2011), isto é, que tanto os aspectos ditos de “urbanidade” quanto os de “ruralidade” mantêm laços, mesmo que estes espaços tenham suas especificidades ou singularidades, conquanto que sejam construções sociais, históricas.

Conforme Navarro e outros (2014, p. 39), Williams tem entre os principais temas de sua obra o da “dificuldade de explicar os ritmos diferentes que distanciam fortemente as visões humanas (e suas interpretações) dos processos de mudanças sociais experimentados pela sociedade, especialmente os econômicos”.

E esses processos de mudanças sociais experimentados pela sociedade dizem respeito ao campo e a cidade, ou entre os limites que muitos autores colocam entre o que é urbano e o que é rural, ou, em outra perspectiva, daquilo que recentemente vem sendo matizada de *nova ruralidade*, como se fosse a confluência mais possível de ser aceita.

Williams (2011) argumenta que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas interrelações”, mas também são poderosas imagens construídas particularmente a partir da Revolução Industrial, que, desta forma, “se constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social”, assim, a despeito das “pendengas” possíveis nessa temática, ou como interpretações parciais, su-

gere o autor que “em última análise, não podemos nos limitar a contrastá-las; precisamos também examinar suas interrelações” (WILLIAMS, 2011, p. 471-483).

Assim, o urbano e o rural, apesar de suas especificidades e da construção social e histórica ao longo dos tempos em torno de suas noções – em especial desde o advento da Revolução Industrial na Inglaterra e do sistema capitalista –, possuem suas interrelações.

Wolfgang Streeck enquanto autor que tem buscado o resgate da contribuição de Karl Polanyi para o entendimento do capitalismo contemporâneo, de sua fase de extrema mercantilização, alerta que a acumulação deste sistema deveria ser restringida, como forma de proteger as “mercadorias fictícias” em Polanyi, qual sejam: natureza, trabalho e dinheiro (STREECK, 2014).

Se estas mercadorias estão em risco o resgate dos mecanismos de integração em Polanyi se fazem necessários: a reciprocidade, a redistribuição e a troca. O desafio será buscar evidências destas práticas e, enquanto política de desenvolvimento rural¹⁷, o incentivo de ações que coloquem a sociedade em sintonia e equilíbrio, tirando-a da condição de refém do mercado tal como se encontra. Entre as estratégias, a diversificação dos *meios de vida* como sugere Perondi (2007), poderá ser uma delas. Pois, “O trabalho e a terra – ‘os seres humanos’ e ‘o meio natural’ em que existe a sociedade – não são ‘produzidos para a venda’”, ou não deveriam ser estritamente¹⁸, conforme escreve Cangiani (2012, p. 13), parafraseando Polanyi, assim prioriza-se a utilidade para a sociedade em geral em detrimento da lucratividade de poucos. E que as carências e as necessidades, conforme Polanyi (2012, p. 75), não sejam tratadas apenas como escala de “valores utilitaristas de indivíduos isolados operando em mercados”, pois

¹⁷ Por desenvolvimento rural entende-se aquilo que Navarro (2001, p. 88), descreve como uma “ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”.

¹⁸ O próprio Polanyi afirma que a transformação da terra e do trabalho em mercadorias, seria “apenas uma fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer insituição cultural numa sociedade orgânica” (POLANYI, 2012, p. 373).

o homem é um ser social, para tal a sociedade foi instituída, que entrou em voga um pacto pela vida em harmonia, ao menos, da maioria.

Por fim, acredita-se que o entendimento do processo de transformação da sociedade rural brasileira numa sociedade de mercado contemporizada a partir do aporte teórico desse autor, poderá possibilitar um maior entendimento do desenvolvimento rural brasileiro. No entanto, com o desenvolvimento de estudos a partir das evidências empíricas¹⁹ que denotem que a expansão do capitalismo pela sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, a despeito das controvérsias, a obra de Polanyi continua relevante, pois, ao contrário de ser uma obra datada, permite compreender o capitalismo de seu tempo, mas também àquele relativo aos *anos de ouro*, a crise dos anos 1970, ou a recente crise iniciada em 2008, e compreender as manifestações contemporâneas no Brasil.

Entende-se que a mercantilização se faz presente em todas as instâncias da vida e, a despeito que o neoliberalismo em tempos recentes tenha levado a se assimilar todos os mercados ao *mercado do intercâmbio capitalista*, ainda assim a contribuição da obra de Polanyi pode auxiliar a explicar porque relações pautadas especialmente na reciprocidade permanecem no mundo rural.

O uso de Streeck para contemporizar Polanyi permitiu atualizar sua interpretação, pois a despeito do que este antecipou, acerca dos riscos de uma sociedade dependente dos mercados, Streeck reafirma a possibilidade de colapso do sistema capitalista à medida que aprofunda o processo de mercantilização do trabalho, da natureza e do dinheiro.

Desta forma, se evidenciou que o aporte teórico de Polanyi, para o entendimento da mercantilização contemporizada a partir das lentes de Streeck, é uma maneira de contribuir para o entendimento das regiões rurais brasileiras e para o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

AMBROSINI, Larissa B.; FILIPPI, Eduardo E. Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi. **Redes**, v. 13, n. 3, p. 121-139, set./dez., 2008.

BENJAMIN, César. Nota da edição brasileira. In: POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 7-10.

BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 11-44.

CARVALHO, Alexandre G. As contribuições de Max Weber e Karl Polanyi ao debate do oikos a partir de suas concepções de economia e de mercado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, ANPUH, 2011.

DALE, Gareth. Duplos movimentos e forças pendulares: perspectivas polyanianas sobre a era neoliberal. **Otra Economía**, v. 7, n. 12, p. 26-44, ene./jun. 2013.

ESCANDELL, Bru L. ¿Un Karl Polanyi republicano? **Otra Economía**, v. 6, n. 11, p. 107-116, jul./dic., 2012.

¹⁹ Existirão essas evidências em uma sociedade rural brasileira cada vez mais mercantilizada? Talvez se possa seguir o alerta de Martins (2014, p. 28), no sentido de que “A persistência de costumes, da chamadatradição, não expressa a funcionalidade do atraso, mas indica que o retardamento de umas relações sociais quanto a outras se insere na própria dialética da transformação social”. O mesmo autor escreveu em outra obra que, no Brasil “a transição para o capitalismo teve seu próprio percurso e seu próprio ritmo”, e continua a ter, acredita-se, “extraviada nos atalhos de inovações sociais e econômicas tópicas” (MARTINS, 2013, p. 10).

- ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná.** 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Espaço e poder. Tradução Heloísa B. de Holanda e Lucia Canedo. **Revista do Patrimônio**, n. 23, p. 139-145, 1994.
- GRAÇA, João C. Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Econômica?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 111-129, dez./2005.
- KISCHENER, Manoel A.; PERONDI, Miguel A.; MONTEIRO, Marcelino A. Karl Polanyi e a mercantilização da sociedade. In: **Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**, III, Francisco Beltrão. Anais... Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2014. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/conape/anais/iii_conape/Arquivos/Artigos/Artigoscompletos/CIENCIASECONOMICAS/16.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2015.
- LATOUR, Bruno. O curto-circuito da economia. Trad. Jesus de Paula Assis. **Folha de São Paulo, Caderno mais!**, São Paulo, 07, fev. 1999.
- LEITE, Kelen C. As possíveis contribuições do MAUS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais) para repensar as relações entre estado, mercado e sociedade civil. **Interações – Cultura e Comunidade**, v. 2, n. 2, p. 13-34, 2007.
- LIMA, Dora de. “Dar ou furto? Presentes, tributos e as ambiguidades da diplomacia luso-africana em Angola à luz dos ‘sistemas econômicos’ de Karl Polanyi (séculos 17 a 19)”. **Sciences de l’Homme et de la société**, 2013. (version 1).
- LISBOA, Armando de M. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, 2, p. 7-26, 2008.
- LISBOA, Armando de M. A crítica de Karl Polanyi à utopia de mercado. **SOCIUS Working Papers**, n. 2, p. 1-22, 2000.
- MACHADO, Nuno M. C. **Sociedade versus mercado – Notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi.** 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Econômica e das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2009.
- MARSDEN, Terry. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 11, n. 3, p. 285-296, jul./1995.
- MARTINS, José de S. A modernidade do “passado” no meio rural. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014, p. 22-30.
- MARTINS, José de S. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARTINS, Paulo H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais. **RBCS**, v. 23, n. 63, p. 105-131, fev. 2008.
- NAVARRO, Zander S. de., et al. O mundo rural brasileiro: interpretá-lo (corretamente) é preciso. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014, p. 35-75.
- NAVARRO, Zander S. de. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez., 2001.
- NORTH, Douglass. Le défi de Karl Polanyi, le marché et les autres systèmes d’allocation des ressources. **Revue du Mauss**, n. 10, p. 51-64, 1997.
- PAULILO, Maria I. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Serviço Social em Revista**, v. 8, n. 1, jul./dez., 2005.
- PERONDI, Miguel A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, p. 249-284, mai./ago. 2007.
- RAMOS, Alberto G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Trad. Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- REIS, Elisa P. As ciências sociais e o bug do milênio. **RBCS**, v 14, n. 39, p. 5-11, fev. 1999.
- RODRIGUES, João. Streeck, Wolfgang 2013. Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 101, p. 153-157, set./2013.
- SABOURIN, Eric. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi". In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 30., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2006.
- SACHS, Ignacy. Entre Polanyi e Von Hayek. Tradução Danielle Ardaillon. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2, p. 10-17, abr./jun. 1992.
- SANTOS, Antonio B. Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados. **Ideas**, p. 1-14, 2004.
- SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, p. 109-121, fev. 2003.
- SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, ano 13, n. 27, p. 180-219, mai./ago. 2011.
- SILVA, Fabiano A. G., et al. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN). **RECADM**, v. 10, n. 2, p. 93-106, jul./dez., 2011.
- STREECK, Wolfgang. How will capitalism end? **New Left Review**, 87, p. 35-64, may./jun. 2014.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Tradução Marian Toldy e Teresa Toldy. Coimbra: Actual, 2013.
- STREECK, Wolfgang. How to study contemporary capitalism? **European Journal of Sociology**, v. 53, n. 1, p. 01-28, may. 2012b.
- STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. Tradução Alexandre Morales. **Novos Estudos**, 92, p. 35-56, mar./2012a.
- VINHA, Valeria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**, v. 3, n. 2, p. 207-230, dez. 2001.
- WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- WILKINSON, John. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.